

EDUCAÇÃO, GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADES: O PAPEL EDUCATIVO DE INSTITUIÇÕES NÃO ESCOLARES LGBTQIA+

EDUCATION, GENDER, SEXUALITY AND DIVERSITIES: THE EDUCATIONAL ROLE OF LGBTQIA+ NON-SCHOOL INSTITUTIONS

Reginaldo Peixoto

Professor do Curso de Pedagogia e Mestrado em Educação da UEMS
– Unidade de Paranaíba.

E-mail: regi.peixoto77@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7452-7962>

Joaquim Donizete de Matos

Aluno do Programa de Pós-graduação, Mestrado em Educação da UEMS
– Unidade de Paranaíba.

E-mail: joaquimdematos@uol.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0114-4917>

Thauane Cristine Branquinho Pereira

Aluno do Programa de Pós-graduação, Mestrado em Educação da UEMS
– Unidade de Paranaíba.

E-mail: cristine_pba@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1891-0227>

Resumo: Este texto elucida uma discussão sobre gênero, sexualidade e diversidades na perspec-

tiva da educação não formal, protagonizada por instituições não escolares, como as de representações LGBTQI+. Por meio da pesquisa bibliográfica, pautada nos estudos de gênero, principalmente, discutimos gênero como um conceito surgido nos espaços dos movimentos feministas, com o objetivo de diferenciar o jeito de ser de homens e mulheres, por isso, ampliar as discussões sobre o tema implica um processo educativo que não se encerra na escola, mas que envolva outras instituições que defendem os interesses das diversas categorias. Além das escolas, muitas Organizações Não Governamentais – ONG têm se ocupado de discutir a inclusão de LGBTQIA+ e educar pela via da educação não formal, apostando que tanto a escola como os demais espaços de convivências primem pelo respeito e valorização da diversidade, de gênero e sexual.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Sexualidades; Organizações não governamentais.

Abstract: This text elucidates a discussion on gender, sexuality and diversities from the perspective of non-formal education, led by non-school institutions, such as those of LGBTQIA+ representations. Through bibliographic research, based on gender studies, mainly, we discuss gender as a concept that emerged in the spaces of feminist movements, with the objective of differentiating the way of being of men and women, therefore, expanding the discussions on the theme implies an educational process that does not end at school, but that involves other institutions that defend the interests of the various categories. In addition to the schools, many Non-Governmental Organizations - NGOs have been busy discussing the inclusion of LGBTQIA+ and educating through non-formal education, betting that both the school and the other spaces of coexistence focus on respect and appreciation, of gender and sexual diversity.

Keywords: Education; Genre; Sexualities; Non-governmental organizations.

Introdução

As discussões aqui apresentadas têm como objetivo compreender o conceito de gênero como sendo uma categoria social, nascido nos desdobramentos de lutas dos movimentos feministas na segunda metade do século passado, essencial para definir as diferenças existentes entre o jeito de ser e de viver de homens e mulheres. Por isso, os estudos de gênero, além de analisar os espaços de convivências, de participação social e de violências contra as mulheres, tem buscado pautar outras identidades e sexualidades como as LGBTQIA+ (Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transexuais; Queer; Intersexo; Assexual; + outros grupos e variações de sexualidade e gênero) dentre seus objetivos, talvez por se tratar de minorias que, assim como muitas mulheres, sofrem o preconceito, a discriminação e a invisibilidade social.

Para dar conta da proposta, nos recorreremos à pesquisa bibliográfica e aos estudos de gênero, principalmente, a partir da leitura de alguns teóricos como Louro (2011); Gohn (2006); Libânio (2010); Gohn (2010); ABLGT (2016); Vieira et al (2005); etc. O referencial teórico contribuiu para a sustentação das discussões elucidadas e as considerações elencadas ao final do artigo.

A educação, independente da instância social que é ofertada e, quando desconstrói preconceitos, contribui para a inclusão de diferentes sujeitos, para a diminuição das violências e coopera para vivências mais autônomas, por isso, atualmente, ela não fica somente a cargo da escola, mas sim de várias instituições e em vários formatos.

Nessa compreensão das funções que possui a educação ou os diversos meios de educar, a educação formal se delineia como um processo escolar, regulado por legislações, com currículo pré-estabelecido, professores com formação mínima, carga horária mínima, além de outras questões voltadas à gestão, à participação da família, a avaliação, etc.

Já a educação informal, é defendida por nós e por outros referenciais teóricos utilizados como sendo um processo que ocorre de forma menos intencional, nos grupos de convivência diária, na rua, nos espaços de diversão, lazer, trabalho e etc. Historicamente, os seres humanos vêm aprendendo a partir da convivência, e da observação.

No que diz respeito à educação não formal, implica reconhecer a sua importância, visto que assim como a informal, ela pode contribuir com a educação formal (escolar), pois emana de instituições que, mesmo não oficializadas para tal finalidade, contribui com o desenvolvimento social, a proteção ambiental e autonomia dos diversos sujeitos e grupos so-

ciais. Destacamos as Organizações Não Governamentais de representações LGBTQIA+, as quais têm sido protagonistas tanto na politização, como nas lutas por direitos sociais e reconhecimentos das minorias.

Sendo assim, o texto está dividido em 3 seções, as quais, num diálogo entre gênero, sexualidade e diversidades e os diversos formatos que a educação brasileira se configura, buscam demonstrar que várias instituições possuem finalidades educativas, por isso devem ser reconhecidas, principalmente em tempos de fascismos como viemos presenciando nos últimos anos, onde a ciência é negada, os direitos são cassados e as minorias são caladas.

Gênero e sexualidade: conceitos e trajetórias

Falar de gênero e sexualidade não tem sido uma tarefa fácil, principalmente no atual contexto social e político, em que as minorias sofrem a negação das suas identidades, perdem direitos e veem os caminhos percorridos se tornando impudicos. Presenciamos a falta de diálogo e o negacionismo bolsonaristas, em meio a ataques ao ensino superior, a grupos sociais e a promoção de notícias falsas, as “*fake news*”, conforme observam Duarte e César (2020, p. 12):

Dada a afinidade do Bolsonarismo com as más práticas do uso agressivo das redes sociais, incluindo-se aí o disparo organizado de propaganda política enganosa, de notícias fraudulentas visando a confundir a população e/ou desmoralizar oponentes políticos, além dos ataques de ódio direcionados contra indivíduos e grupos sociais que discordem das afirmações e dos atos do Presidente, não seria de se espantar que este movimento político recorresse ao negacionismo como política governamental diante da pandemia.

Nesse contexto explicitado pelos autores, mulheres, negros, gays, travestis, indígenas e tantos outros sujeitos de grupos minoritários são invisibilizados. Exaltam-se os grupos religiosos, os defensores do capital, os brancos, os heterossexuais e outros grupos e sujeitos hegemonicamente reconhecidos, criando uma parede de fumaça entre o certo e o errado. As sexualidades são negadas e voltam afirmações que imaginávamos, estarem derrotadas como “menino veste azul e menina veste rosa”, fala proferida no discurso de posse da Ministra da Mulher Família e Direitos Humanos, Damaris Regina Alves.

A negação de gênero, no atual contexto, retrocede no tempo, pois o discurso religioso cristão sobrepõe os resultados de décadas de estudos, pesquisas e lutas sociais, como das

mulheres, por exemplo. Por isso, compreender conceitos se faz mais do que necessário, até porque acreditamos que esse momento político seja passageiro.

Para compreender o conceito de gênero, nos reportamos a Louro (2011, p. 64) quando afirma que:

[...] ao falar de gênero estamos nos referindo a feminilidades e a masculinidades (sempre no plural). A potencialidade do conceito talvez resida exatamente nesta noção, a de que se trata de uma construção cultural contínua, sempre inconclusa e relacional.

Segundo a autora da citação, estudiosas feministas procuram demonstrar a especificidade e, conseqüentemente, a distinção entre gênero e sexualidade e, ao mesmo tempo, sua estreita articulação. Entre essas estudiosas, o conceito de gênero surgiu pela necessidade de acentuar o caráter eminentemente social das diferenças percebidas entre os sexos. Gênero e sexualidade abrangem um contexto que vai muito além do sexo biológico ou da orientação sexual - homem gay e mulher lésbica, se referem a afetividade, sentimentos, jeito de ser e, inclusive, sobre as lutas e direitos feministas.

Há uma confusão conceitual criada na sociedade de que somente há espaço para a correspondência entre corpo-sexo-desejo, ou seja, corpo “masculino pênis-desejo feminino” e “feminino-vulva/vagina-desejo masculino” supondo que as características atribuídas aos dois gêneros, isto é, meiguice, objetividade e agressividade, constituem uma resposta imediata a esse sistema normativo de sexo-gênero. Neste sentido, trabalhar as relações de gênero tanto na escola, como fora dela, significa apenas e tão somente demonstrar que meninos podem também ser meigos e sensíveis sem que isso possa “ferir” sua masculinidade, e que meninas podem ser agressivas e objetivas, além de gostarem de futebol, sem que essas características firam sua feminilidade (CÉSAR, 2009, p.46).

Partindo das afirmações tanto de Louro (2011), quanto César (2009), importa observar que a identidade de gênero não se relaciona, necessariamente com o sexo genético/biológico. Trata-se de uma construção cultural, psicológica e social, portanto, é inerente a cada pessoa. Já a sexualidade é a expressão do desejo sexual, da afetividade, dos sentimentos das histórias de vida, etc.

Sobre essas relações apregoa:

Aproximamos, portanto, gênero e sexualidade à medida que assumimos que ambos são construídos culturalmente e, assim sendo, carregam a historicidade e o caráter provisório das culturas. Aprendemos a ser um sujeito do gênero feminino ou masculino, aprendemos a ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, a expressar nossos desejos através de determinados comportamentos, gestos, etc., em muitas instâncias – na família, na escola, através do cinema, da televisão, das revistas, da internet, através das pregações religiosas ou da pregação da mídia ou ainda da medicina. (LOURO, 2011, p. 64)

Ainda que caminhem lado a lado, gênero de sexualidade, segundo a autora da citação, em diferentes épocas e sociedades o significado de gênero envolve poder, ou seja, sua posição social. Assim, alguns sujeitos parecem possuir mais valor em relação a outros, ou poder mais que outros. Os significados atribuídos aos gêneros e às sexualidades são transversais ou assinalados por relações de poder, por isso, habitualmente implicam em hierarquias, subordinações, distinções. O poder existente nas relações de gênero envolve também o posicionamento do homem perante a mulher, a superioridade do primeiro tipicamente reconhecido como machão, líder da família que impõe as ordens e diminui a figura feminina, chegando ao ponto da violência.

Tabela 1 - Números da violência de gênero no Brasil em 2017

Gênero/orientação sexual	Número de casos/ano	Média de agressão por dia
Pessoas trans	12.112	33
homossexuais ou bissexuais	257.764	706
Mulheres	221.238	606
Total	491.114	1.345

Fonte: elaborada pelos autores

Os dados demonstrados na tabela denotam o tamanho da violência (casos denunciados) de gênero no Brasil. Importa ressaltar que além dos números específicos que representam as mulheres, elas ainda podem compor outros grupos como as pessoas trans e homossexuais e bissexuais. Certamente a identidade/figura feminina é a mais agredida no Brasil.

Além das violências evidenciadas anteriormente, Santos e Moré (2009, p. 222) observam que “outro aspecto a ser considerado diz respeito à condição social e econômica da população feminina. Verifica-se que ainda há mulheres que recebem menos do que os homens, apesar de realizarem as mesmas tarefas que eles”. Mesmo com muitas mudanças

já ocorridas, o campo das profissões – desigualdades salariais, é um espaço ainda a ser conquistado pelas mulheres brasileiras.

Louro (2011), salienta que a “diferença” é uma criação cultural para com os corpos dos sujeitos. No contexto da sociedade brasileira, ao longo de sua história, foi sendo produzida uma norma a partir do homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Essa é nossa identidade referência, a identidade que não precisa ser mencionada porque é suposta, está subentendida. Por isso os “outros”, os sujeitos “diferentes”, os “alternativos” ou os “problemáticos” serão, em princípio, as mulheres, as pessoas não brancas, as não heterossexuais ou não-cristãs.

Na análise que faz Louro (2011, p. 65)

Há lugares, falas, gestos, profissões, atividades, sentimentos sobre os quais se costuma dizer que são de mulher e não de homens. Há linguagens, espaços, moda, direitos, ofícios sobre os quais se costuma dizer que são para gays e não para héteros. O processo segue além: direitos e políticas podem ser restritos a alguns e não ser partilhados por outros; o acesso a serviços de saúde ou a uma série de outros recursos e privilégios sociais podem ser reservados a determinados sujeitos etc. O processo de diferenciação se faz, pois, através de muitos marcadores, não apenas simbólicos, mas materiais e sociais.

De acordo com Louro, os diversos sujeitos ocupam diferentes espaços sociais e, no entanto, isso invisibiliza aqueles que não estão fora dos padrões hegemônicos de cor, raça, religião, classe social, identidade sexual e de gênero, etc.

Ao analisar o contexto educacional, Santos e Moré (2009) apregoam que a presença da sexualidade na escola pode perfeitamente se traduzir na função de reproduzir o dispositivo de controle dos corpos, assim como em paradigma biopolítico de controle da vida, pois foi justamente na instituição escolar que se instauraram historicamente os dispositivos disciplinares e de governo sobre os corpos de crianças e jovens. Para Peixoto (2013), a educação enviesada por gênero e sexualidade vai além das instituições escolares, pois é ensinada em outras instituições como a família e a igreja, ainda que estas não façam a partir de uma perspectiva científica.

Ao que observa Louro (2011, p. 65), como educadores, precisaríamos voltar nosso olhar para os processos históricos, políticos, econômicos e culturais, os quais possibilitaram que uma determinada identidade fosse compreendida como a identidade legítima e não-problemática e as demais como diferentes ou desviantes. Há que se analisar também as formas como a escola, e outras instituições não escolares têm lidado com essas questões.

Cabe aos profissionais da educação, nas escolas, transmitir informações e saberes sobre gênero e ensinar sobre o respeito e aceitação do outro “diferente”. A homofobia é um dos preconceitos que circulam pelos corredores e salas de aula escolares, se insinua nos livros didáticos e aparece escancarada nos recreios e nos banheiros. Temos de aguçar nosso olhar e tentar ficar atentos para os processos que tecem as subordinações e hierarquias entre sujeitos e práticas sexuais, que admitem e excluem indivíduos e grupos sociais (Louro, 2011, p. 67).

Além da escola, outras instituições podem se ocupar de funções educativas, promovendo o diálogo, palestras e esclarecimento acerca dos temas ligado à sexualidade. Para Peixoto (2013) destacam-se a família, a escola e a igreja, porém, sem sempre as duas últimas conseguem educar com base nos princípios científicos, por isso tendem a manter a hierarquização dos papéis sociais cumpridos historicamente por homens e mulheres.

Por meio da educação, seja ela formal, não formal ou informal, é possível mudar ou pelo menos amenizar os pré-conceitos já existentes sobre gênero e sexualidade. Trata-se de uma luta diária a ser vivida e vencida pelos professores e demais pessoas que estão na linha de frente dessa educação, pois ao ensinarmos o verdadeiro significado de gênero e sexualidade, contribuimos para a desconstrução de preconceitos e barreiras sobre o tema. César (2009) ressalta também sobre a importância da existência de formação continuada para professores que, ao nosso ver, pode, inclusive, contar com a participação de instituições que lutam por mais inclusão e igualdade, a exemplo da ALGT (Niterói – RJ), Grupo Dignidade (Curitiba – PR), **Adeh – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade** (Florianópolis – SC) e tantas outras existentes no Brasil que primam pela formação, conscientização e promoção de políticas de inclusão LGBTQI+.

Nas considerações feitas por César (2009, p. 48), a autora ressalta que

Se tomarmos como certo o lugar da sexualidade na instituição escolar, é importante demarcar os temas que envolvem o trabalho na instituição escolar. Pesquisas realizadas com professoras/es e alunas/os vêm demonstrando a necessidade de uma formação específica tendo em vista a diversidade sexual presente no universo escolar.

Em concordância com a autora do excerto, Louro (2011) também defende que é de extrema importância que seja dialogado sobre o tema nos ambientes escolares e não menos importante o preparo dos professores para tratarem do assunto com seus alunos, uma vez que as discussões acerca da diversidade sexual e de gênero estão fora dos currículos e dos livros didáticos.

A Educação formal, informal e não formal: as instituições que educam

Quanto ao seu grau de formalização, na sociedade contemporânea em que vivemos, existem três modalidades de práticas educativas: formal, informal e não formal, porém, no atual contexto, à educação formal (escolar) é confiada a função de educar numa perspectiva científica, com conteúdo sistematizado, capaz de emancipar os sujeitos escolares, prepará-los para a cidadania, o trabalho e a convivência social (BRASIL, 1996).

Constantemente, podemos vivenciar estas três modalidades educacionais nos mais diversos ambientes sociais e educativos, seja na escola, na família, no trabalho, nas Organizações não Governamentais (ONG), nas instituições religiosas, na iniciativa privada, nos programas sociais públicos, ou em qualquer outro espaço da sociedade organizada em que nos relacionamos. Não é apenas o local que diferencia os modelos de educação, e sim a forma como o conhecimento é transmitido.

De acordo com Gohn (2006, p. 31), os resultados esperados para cada um dos três tipos de educação são: para a educação formal, a aprendizagem e a titulação; para a educação informal os resultados acontecem a partir da visão do senso comum; enquanto que na educação não formal há o desenvolvimento de vários processos, dentre eles: “consciência e organização de grupo”, “construção e reconstrução de concepções”, “sentimento de identidade”, “formação para a vida”, “resgate do sentimento de valorização de si próprio”, “os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca”.

Ao caracterizar as três modalidades educacionais, Gohn (2006) destaca a importância da educação não formal, pois está “voltada para o ser humano como um todo”, porém, afirma que ela não substitui a educação formal, mas poderá complementá-la através de programações específicas e fazendo uma articulação com a comunidade educativa. Mesmo que ambas as modalidades tenham objetivos bem semelhantes, como a formação integral do ser humano, a educação não formal tem objetivos e características próprias, quanto à forma e ao espaço em que se realizam suas práticas.

Na educação formal o aprendizado ocorre dentro de um espaço institucional devidamente registrado, autorizado e credenciado por órgãos competentes. Suas ações são direcionadas por organogramas e diretrizes curriculares pré-estabelecidos. Por isso, a educação formal é “aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente e sistemati-

zada. Nesse sentido, a educação no espaço escolar convencional é tipicamente formal” (LIBÂNEO, 2010. p.88).

Quanto à educação informal, o aprendizado acontece de forma espontânea, não sistematizada e não organizada e os “saberes adquiridos são absorvidos no processo de vivência e socialização pelos laços culturais e de origem dos indivíduos” (GOHN, 2010. p.18). trata-se de uma troca de saberes adquiridos entre gerações e seus agentes educadores, como os pais e outros membros da família, os amigos, os vizinhos, os colegas de trabalho, da escola, dentre outros que repassam suas práticas e experiências anteriores de forma contínua e permanente.

Já, a educação não formal extrapola o âmbito escolar. Ela pode ocorrer desde uma simples visita direcionada ao museu ou até mesmo nas várias ações educativas promovidas pelos diversos setores da sociedade organizada. Ela possui caráter socioeducativo, levando em conta as problemáticas e os assuntos inseridos no contexto familiar e social, conforme afirma:

A educação não formal é aquela que acontece fora do ambiente escolar, podendo ocorrer em vários espaços, institucionalizados ou não: Assim, a educação não-formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como museus, centros de ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, com um objetivo definido (VIEIRA, 2005 p. 21).

Dada a importância que essa educação possui, vale ressaltar que muitas instituições não escolares atuam na linha de frente da promoção do saber, em defesa da vida, da inclusão dos diferentes sujeitos, da proteção dos animais, do meio ambiente, etc. por isso são admitidas como essenciais, visto que complementa o papel educativo que possui a escola, além de estar prevista na legislação nacional, conforme passamos a discutir na próxima seção.

A Base Legal para a Educação Não Formal no Brasil

Tendo em vista a necessidade da efetiva democratização da educação no Brasil, a Constituição Federal de 1988, consta em seu artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Como podemos observar no trecho citado, a educação não é apenas um direito e dever unilateral, mas sim coletivo, que envolve o Estado, a família e a sociedade. Ao transmitir a cultura e com ela modelos sociais de comportamento e valores morais, a escola permite que o indivíduo se emancipe, se humanize, se socialize e se eduque.

As práticas educativas podem e devem extrapolar os limites da escola. Elas acontecem nos diversos espaços da sociedade, seja no ambiente familiar ou comunitário. Pois cada uma dessas práticas possui um método diferente de ensinamento, seja ela formal (escolar) ou não formal (não escolar).

Em consonância com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a LDBEN - Lei nº 9.394/96, considerada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, propõe a seguinte diretriz:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDBEN, 1996).

De acordo com o excerto, a educação é um processo que contribui para formação e o desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para o convívio social, para o exercício da cidadania e a qualificação para ao trabalho. Este processo educativo não se restringe à escola, pois se faz presente na família e na sociedade.

Como podemos observar, a educação familiar, institucional e comunitária possui um papel fundamental no desenvolvimento do ser humano, pois se trata de um processo de transmissão de conhecimentos indispensáveis para sua formação profissional e para a vida em sociedade.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a educação não formal orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como:

a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano (BRASIL, 2006, p. 39).

A educação, na perspectiva do PNEDH, contribui também para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos direcionada ao fortalecimento do respeito aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano; ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e senso de dignidade; à prática da tolerância, do respeito à diversidade de gênero e cultura, da amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais, étnicos, religiosos e linguísticos; à possibilidade de todas as pessoas participarem efetivamente de uma sociedade livre.

No que diz respeito à defesa dos direitos humanos, muitas instituições não escolares vêm atuando na promoção de uma educação que compreenda e valorize a diversidade, na necessidade da inclusão social e a garantia de direitos. Destacamos as Organizações Não Governamentais – ONG voltadas para os sujeitos LGBTQIA+, as quais serão discutidas na próxima seção.

A educação não-formal em instituições sociais ligadas aos Movimentos LGBTQIA+

Como já afirmado nas seções anteriores, ao longo da História da Educação, a mesma vem demonstrando que as práticas de aprender e ensinar possuem diferentes ritmos, metodologias e finalidades, podendo ocorrer em diversos espaços e instituições como escolas, igrejas, grupos sociais, movimentos representativos como sindicatos, Associações e ONG LGBTQIA+, negros, de mulheres, do campo, etc., sem contar os espaços de aprendizagem virtuais que vêm se disseminando, principalmente nas duas últimas décadas, por meio das tecnologias da informação e comunicação, a exemplo da internet (PEIXOTO et al, 2020).

Para Severo (2015, p. 563), a educação ocorre para dar sentido às relações sociais e à própria existência do sujeito em um determinado contexto e grupo social, por isso, pactuar com as experiências e o pensamento político, se torna bastante significativo nos diferentes espaços de convivência humana. A educação não formal, que está além da escola que, por sua própria constituição é sistemática, regulamentada e experienciada, abrange diferentes

peças, de diferentes idades, classes sociais, religiões, porém, com objetivos específicos, diferentes da educação formal.

Ao discutir a história dos movimentos sociais e a luta pela educação no Brasil, em palestra de encerramento da ANPED SUL de 2016, Gohn (2016) observa a importância dos mesmos e que a educação também se faz presente dentro deles, ao mesmo tempo em que se evidencia maiores problemas etários, educacionais e até mesmo de sobrevivência, esses grupos disseminam o pensamento político e social. No caso dos jovens integrantes da UBES, lutam pela construção da identidade estudantil, autonomia, direitos e maior visibilidade nas políticas públicas e educacional.

Tomando como ilustração, para destacar a importância dos grupos sociais como espaços educativos, Gohn (2016, p. 4) preceitua que

Questões específicas também têm entrado na pauta das demandas dos estudantes no Brasil de forma nova-agora articuladas com as políticas nacionais. A questão das cotas para afro-descendentes, populações indígenas e de baixa renda, o Prouni, FIES, passes de transportes e preço das passagens. O Movimento do Passe Livre-MPL, que veio a desempenhar importante papel em junho de 2013, nasceu entre estudantes do ensino médio, em Salvador e em Florianópolis. Outras políticas denominadas como de “inclusão social” irão mobilizar categorias específicas, em lutas contraditórias no movimento como um todo.

Ao que atesta a autora do excerto, o movimento estudantil é um exemplo pontual sobre a atuação dos movimentos sociais organizados como espaços de lutas, resistência e aprendizagem, por isso, muitas políticas públicas já foram construídas e conquistadas, melhorando a participação social das minorias, ampliando as oportunidades de trabalho, renda, educação, moradia, etc. É óbvio que tais lutas e direitos adquiridos não se esgotaram, porém, observamos um cenário bastante nebuloso nesses tempos de fascismos comandados pelo atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Importa observar que até a aprovação da LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996), a educação não formal, ainda que reconhecida a sua importância nas convivências sociais, não estava prescrita na legislação como espaço em que se ensina e se aprende, porém, após seu reconhecimento, deu-se maior visibilidade à temática, inclusive por meio de financiamentos de projetos educativos de ONG e outros grupos sociais como as associações/entidades que desenvolvem trabalhos educativos e sociais como no caso da ABLGT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Além de educar para as temáticas do respeito à vida, à inclusão dos diferentes sujeitos, os movimentos sociais se fortalecem nas campanhas educativas que realizam. Exemplo desse espaço educativo, a ABLGT, dado o seu papel de instituição de educação não formal, por meio de carta assinada por 257 entidades a ela ligada, denunciou os cortes de recursos repassados a essas entidades pelo Ministério da Saúde, em 15/02/2012, o que, certamente, fez minguar as diversas campanhas de conscientização contra IST/Aids, tanto no contexto do Ministério da Saúde, como nos outros espaços de divulgação do pensamento científico que prima pela proteção e os direitos à vida, principalmente de grupos LGBTQIA+ (CHEVALIER, 2012).

Um documento bastante relevante publicado em 2016 pela ALGBT em parceria com outras instituições de representatividade e a UFPR – Universidade Federal do Paraná, apresenta a pesquisa intitulada “as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais”. Ao quantificar os dados sobre as experiências desses sujeitos, principalmente as formas de violências escolares, o documento chama a atenção para o cenário de exclusão, preconceito, discriminação e invisibilização, que vivem os jovens LGBTQIA+ nas escolas brasileiras (ALGBT, 2016).

A negação da presença do LGBTQIA+, assim como o preconceito e a discriminação que os acarretam são frutos, certamente, de uma educação pautada na heteronormatividade e, em função disso, não permite as diferentes expressões das sexualidades juvenis. Por isso, observar os dados, defender direitos, formas de se proteger das violências e denunciá-las, fazem parte do rol de conhecimentos que são aprendidos nos materiais e nas convivências dos movimentos sociais, por isso eles não somente são espaços de resistências, mas também educativos.

Esse preceito de educação não formal pode ser vislumbrado no seguinte trecho:

De modo geral, estes achados ilustram que talvez a discriminação direta possa resultar em instituições educacionais menos acolhedoras e desfechos educacionais mais negativos para estudantes LGBT. **A fim de garantir que sejam oferecidos um ambiente acolhedor de aprendizagem e oportunidades educacionais a estudantes LGBT, líderes sensibilizados na comunidade e na instituição educacional devem trabalhar para prevenir e agir contra a discriminação na instituição educacional** (ABLGT, 2016, p. 48 – grifos nossos).

Essa prevenção da qual trata o excerto é uma forma de ensinar educandos LGBTQIA+ a reconhecerem as suas identidades, seus direitos educacionais e sociais e, no bojo dos discursos de inclusão, terem suas expressões relacionadas às sexualidades reconhe-

cidas, com autonomia, consciência e visibilidade. Trata-se de uma educação que, ainda que não formal, ensinada a partir de espaços de discussões e resistências, corrobora para melhorar a inserção social da diversidade sexual tanto na escola como em outros espaços de convivência.

Para Vianna (2015), os estudos de gênero, iniciados na segunda metade do século passado, ou mais especificamente na década de 1960, a partir dos movimentos feministas, asseguraram uma infinidade de pesquisas sobre as diferenças identidades masculinas e femininas, participação social da mulher nos diversos campos sociais como na política, no mercado de trabalho e nos demais espaços públicos. Trata-se de conhecimentos que nem sempre estão inseridos no campo da educação formal, mas que pela sua relevância, homens e mulheres, militantes, simpatizantes e/ou estudiosos, constroem e desconstroem conceitos, muitas vezes enraizados na nossa sociedade.

Nessa mesma tratativa a autora observa que

A interlocução contínua com os estudos de gênero permitiu a adoção do gênero enquanto categoria analítica capaz de **produzir conhecimento** sobre o processo social e historicamente determinado de controle dos corpos, por meio de formas explícitas ou muitas vezes não percebidas na produção de políticas e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar VIANNA, 2015, p. 795 – grifos nossos).

O conhecimento apresentado pela autora, também diz respeito aos sujeitos escolares, visto que na escola são vislumbradas diversas expressões das sexualidades humanas que, possuem nos corpos controlados pela sociedade e, muitas vezes pela escola, são invisibilizados, camuflados, ocultados, principalmente quando não dialogam com os padrões heteronormativos.

Por isso, muitas pesquisas realizadas nos intentos dos movimentos sociais LGBT-QIA+ foram e são disseminadas em forma de conhecimento, orientação e compreensão das sexualidades, das diferenças entre os gêneros, os corpos e as identidades de cada sujeito. Exemplos dessa educação não formal podem ser ressaltados: Manuais, cartilhas, livros, artigos, vídeos, etc., sem contar nas palestras e campanhas publicitárias que muitas ONG - Organizações Não Governamentais disseminam em vários meios, escolares, universitários, sindicais, etc.

Importante destacar que instituições como a Aliança Nacional LGBTI e a GAYLATINO muito vêm contribuindo para a disseminação do conhecimento e estudos de gênero entre

peças de todas as idades. Expressão dessas atuações podem ser vislumbradas no Manual de Comunicação LGBTI+, publicado em 2018, o qual traz uma série explicações sobre conceitos sobre termos ligados à sexualidade e a atualização correta dos mesmos. Nesse Manual, as explicitações são baseadas a partir de vários estudos, principalmente os de gênero, que esclarecem que as construções acerca das sexualidades e dos corpos, são tanto culturais, como biológicas, portanto, sexo biológico, gênero e sexualidades podem não se correlacionam, necessariamente. Ou seja, a identidade de gênero não é sempre definida a partir do corpo sexualizado – biológico/genético (ABLGTI/GAYLATINO, 2018).

Além da formação horizontal - que pode abranger qualquer público, Vianna (2015, p. 800) ressalta a participação de instituições sem fins lucrativos, como as de representações LGBTQIA+, nos programas de formação de professores para a educação básica, conforme destaca no excerto:

Uma das recomendações para a educação no programa em questão [Direito à educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual – 2005] enfatizou a formação continuada docente na temática de gênero, sexualidade e homofobia. Foi, então, criado pelo Ministério da Educação (MEC/SECAD), em 2005, o edital Formação de profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual, voltado para seleção e apoio financeiro a projetos de formação docente continuada nessa temática. Ele abriu a possibilidade de participação de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos de qualquer região do país. Em 2006, após acumular experiência no ano anterior, foi publicado novo edital para apoio de projetos de formação de profissionais da educação.

Em se tratando de instituições sem finalidades lucrativas e, considerando a experiência que muitas delas acumularam e continuam acumulando, a autora ressalta que elas são capazes de dialogar com as necessidades da educação, uma vez que as temáticas acerca das sexualidades se tornaram emergentes, principalmente em governos anteriores ao atual (Jair Messias Bolsonaro), devido às políticas de inclusão educacional e social da diversidade no Brasil. Para ilustrar a participação de instituições representativas dos movimentos LGBTQIA+ e seus projetos educativos, Viana ilustra que em 2006 e 2007, foi oferecido a professores da rede estadual de educação de São Paulo um curso de formação de professores a partir dos editais do Ministério da Educação/Secadi:

Intitulado Convivendo com a diversidade sexual na escola, o curso foi oferecido, em 2006 e 2007, por duas organizações não governamentais sem fins lucrativos: Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor (CORSA) e Comunicação em

Sexualidade (ECOS), ambas com extenso currículo na realização de projetos de formação na temática de diversidade sexual e gênero (VIANNA, 2015, p. 801).

A citação evidencia o momento político que o Brasil viveu nos anos de 2006 e 2007, revelando a importância da temática no bojo das políticas educacionais daquele momento, o que não dialoga com a atual conjuntura política em que vislumbra a cassação dos direitos das minorias. Prova disso foi a extinção da SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019)

Os tempos são outros, inclusive bastante difíceis para a educação e para a sobrevivência de instituições não governamentais, especialmente as que representam os Movimentos Sociais LGBTQI+, pois os tempos sombrios que vivemos são imperados pelo fanatismo religioso, pelos fascismos e pela defesa de modelos hegemônicos de família, de escola e de sociedade. As lutas de classes e de grupos sociais tendem a resistir, no entanto, acreditamos nas respostas das minorias ao autoritarismo que paira nas políticas educacionais, na esperança de novos diálogos e novas aprendizagens, pois consideramos a escola como espaço prioritário e significativo para a transformação social, porém acreditamos em outras instituições que ensinam, pois isso está demonstrado na história.

Considerações finais:

Iniciamos esse texto com algumas discussões que esclareceram os conceitos sobre gênero e sexualidade, numa perspectiva histórica e cultural. Percebemos que gênero, sexo e sexualidade estão ligados, porém não trazem correspondências marcadamente necessários, uma vez que ser homem ou mulher, não está ligado ao atributo sexual genético e biológico. São construções que levam a diferentes identidades.

O termo gênero nasceu no seio do movimento feminista e, de acordo com os estudos de gênero, é considerado como político, pois estabelece as diferenças entre mulheres e homens, na vida, na família e na sociedade. Reconhecer essas diferenças, inclusive, nos ajudam a compreender as desigualdades que são recorrentes na nossa sociedade ainda tão hierarquizada e dividida por classes e papéis sociais – mulheres, LGBTQIA+, negros, indígenas e outras minorias ainda sofrem vários tipos de violências, pois veem seus direitos negados, cassados e reduzidos. O cenário político é de ódio e de negação, principalmente por parte do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Dada a importância das temáticas gênero, sexualidade e diversidades, discutimos nas seções que compõem o texto a necessidade da educação, independente do seu formato e qual instituição o faz. No campo da legislação e das pesquisas no Brasil, a educação se classifica como formal, aquela que é sistematizada e fica a cargo das instituições escolares oficiais; a educação informal, a qual é aprendida nas relações de convivências sociais e a educação não formal, promovida por instituições de representação de classe, por exemplo, como aquelas voltadas aos LGBTQIA+.

Para encerramento das discussões, apresentamos a importância política e educativa das Organizações Não Governamentais LGBTQIA+, visto que elas educam para o respeito, para a inclusão e para a autonomia, inclusive, citamos participação de duas delas em programas de formação continuada do Ministério da Educação – MEC na década passada.

Acreditamos na educação como sendo uma atividade humana consciente, independente de onde ela ocorra, porém, há que desconstruir e combater os discursos de ódio, de desrespeito e intolerância contra a diversidade, mesmo porque, ela é uma marca do nosso país. Em tempos de fascismos, o papel educativo das instituições LGBTQIA+ parece de sentoar, no entanto, essas instituições possuem estudos, pesquisas e muita contribuição a ser dada para o povo brasileiro – elas educam!

Referências

ABLGT. Secretaria de Educação. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT, 2016.

ALGBTI. GAYLATINO. *Manual de Comunicação LGBTI+*. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em: 28/02/2021

BRASIL. COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acessado em: 03 março 2021

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 25/02/2021

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9665-2-janeiro-2019-787572-publicacaooriginal-157159-pe.html>. Acesso em 05 março 2021.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. *Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”*. **Educ. rev.**, Curitiba, n.35, p.37-51, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 março 2021.

CHEVALIER, Arnaldo. *ABGLT e organizações aliadas repudiam cortes homofóbicos na campanha de prevenção de AIDS do Governo*. Matéria veiculada em 15/02/2012. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/abglt-e-organizacoes-aliadas-repudiam-cortes-homofobicos-na-campanha-de-prevencao-de-aids-do-governo/>. Acesso em 05 março 2021.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. *Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia*. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v45n4/2175-6236-edreal-45-04-e109146.pdf>. Acesso em 10 março 2021.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e lutas pela educação no Brasil: experiências e desafios na atualidade*. **Reunião Científica Regional da ANPED**. 24 a 27 de julho de 2016. Curitiba PR. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Palestra-de-Encerramento-Maria-da-Gloria-Gohn.pdf>. Acesso em 05 março 2021.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social — atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2010.

LOURO, G. L. *Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade*. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

MACEDO, André de; CÉSAR, Maria Rita de Assis. *Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia*. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v45n4/2175-6236-edreal-45-04-e109146.pdf>. Acesso em 12 março 2021.

PEIXOTO, Reginaldo. *Bullying e homofobia na escola: implicações pedagógicas na percepção de alunos/as e professores/as do Ensino Médio*. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Eliane Rose Maio, Maringá, 2013.

PEIXOTO, Reginaldo; ANDRADE, Stephani Vicentini; OLIVEIRA, Eloisa Elena de Moura Santos. Formação inicial e continuada de professores: em foco a Educação a distância. In: Reginaldo Peixoto (Org.). *Formação inicial e continuada de professores: políticas e desafios*. 1.ed. Curitiba, PR: Bagai, 2020.

SANTOS, Ana Claudia W. dos; MORÉ, Carmem Leontina O. O. *Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão*. **Psicologia ciência e profissão**, 2011, 31 (2), 220-235

VIANNA, Claudia Pereira. *O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios*. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-1517-97022015031914.pdf>. Acesso em 05 março 2021.

VIEIRA, Valéria; BIANCONI, Maria Lúcia; DIAS, Monique. *Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências*. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 4, out./dez. 2005.